



A VERDADE NÃO VIVE EM GAIOLAS: UMA ANÁLISE ALVESIANA DO FUNDAMENTALISMO NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022)¹

TRUTH DOES NOT LIVE IN CAGES: AN ALVESIAN ANALYSIS OF FUNDAMENTALISM IN THE BOLSONARO GOVERNMENT (2019-2022)

Augusto Guilherme Santos do Nascimento²

Breno Martins Campos³

Resumo:

O recorte temporal deste artigo corresponde ao período do governo de Jair Messias Bolsonaro na presidência da República, ou seja, de 2019 a 2022. Por meio de revisão bibliográfica de parte do corpus bibliográfico de Rubem Alves, assim como de fontes primárias (textos extraídos da imprensa brasileira a respeito dele) e de fontes secundárias (notadamente, biógrafos e comentadores de sua vida e obra), esta pesquisa propõe três objetivos: (1) apresentar a rejeição de parte do bolsonarismo a Rubem Alves; (2) demonstrar a recusa de Rubem às verdades últimas ou definitivas; e (3) problematizar a relação política de Rubem Alves com o fundamentalismo protestante no Brasil (justamente como resposta aos posicionamentos políticos do fundamentalismo protestante no Brasil). Embora Rubem Alves tenha morrido em 2014, seu nome e posicionamentos teológico-políticos foram utilizados e explorados de modo significativo em textos acadêmicos e da grande mídia (representada, aqui, pelo jornal *Folha de S. Paulo*), no período histórico coberto por esta pesquisa. Metodologicamente, de forma exploratória, como resultado alcançado, pode-se afirmar que, para Rubem Alves, a verdade não mora em gaiolas, portanto, a política deve ser o locus privilegiado da beleza que liberta e não da certeza que aprisiona.

Palavras-chave: Religião. Protestantismo. Bolsonarismo. Brasil. Rubem Alves.

Abstract:

This article's time range corresponds to Jair Messias Bolsonaro's presidential term, i.e., from 2019 to 2022. Through a literature review of Rubem Alves' corpus, along with primary sources (texts extracted from the Brazilian press about Alves) and secondary sources (biographers and commentators on his life and work), this research has three goals: (1) albeit partial, to present rejection of Rubem Alves by Bolsonarism; (2) to demonstrate Alves' refusal of ultimate or definitive truths; and (3) to question Alves' political relationship with Protestant fundamentalism in Brazil (precisely as a response to its political positions). Although Alves died in 2014, his name and theological-political approaches were used and extensively explored in scholarly texts and the

¹ Enviado em: 29.08.2024. Aceito em: 12.08.2025.

² Graduando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), bolsista de Iniciação Científica do Fundo de Apoio à Iniciação Científica da PUC-Campinas (FAPIC-Reitoria) e do CNPq. Campinas-SP, Brasil. E-mail: augustogsn@hotmail.com

³ Doutor em Ciências Sociais, professor e pesquisador na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível C. Campinas-SP, Brasil. E-mail: brenomartinscampos@gmail.com

mainstream media (represented here by the newspaper *Folha de S. Paulo*) during the historical period covered by this research. Using an exploratory methodology, the result is that, for Rubem Alves, truth does not live in cages, which is why politics should be the privileged locus of the beauty that liberates rather than the certainty that imprisons.

Keywords: Religion. Protestantism. Bolsonarism. Brazil. Rubem Alves.

Introdução

Resultante de pesquisa desenvolvida no âmbito do “Programa Integrado de Iniciação Científica” da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), este artigo apresenta os resultados de uma investigação, projetada e desdobrada em diálogo complementar com o projeto de pesquisa do professor-orientador e coautor deste artigo, intitulado “A verdade que liberta: por uma compreensão alvesiana da conjuntura política brasileira”. Dentre os assuntos que poderíamos mencionar aqui – e que ficarão mais claros no desenvolvimento dos arrazoados ao longo deste texto –, o principal ponto de interseção entre as duas pesquisas propostas é o interesse pela vida e obra de Rubem Alves (1933-2014). Portanto, não nos parece sem propósito registrar que, justamente, em 2024, faz-se memória dos 10 anos da morte de Rubem Alves.

O mencionado projeto do professor-orientador – que cobre teórica, metodológica e epistemologicamente os caminhos e resultados desta pesquisa de Iniciação Científica – tem investigado correlações e afinidades possíveis ou plausíveis entre a religião (representada pelo fundamentalismo protestante) e a ação política no espaço público no Brasil contemporâneo, notadamente, por Jair Messias Bolsonaro e pelo bolsonarismo, tanto na campanha eleitoral de 2018 como nos anos de mandato do então presidente da República (2019-2022).

Como uma das características principais do fundamentalismo protestante (e evangélico, em sentido *lato*)⁴ é a leitura literal do texto bíblico, por meio de um exercício hermenêutico de redução da polissemia do texto à monossemia de um significado somente, então, com certo cuidado, podemos tomar a categoria fundamentalismo como aquilo que Rubem Alves chamou, no livro *Protestantismo e repressão*, de “Protestantismo da *Reta Doutrina*” (PRD): “[...] o fato de privilegiar a *concordância com uma série de formulações doutrinárias*, tidas como *expressões da verdade*, e que devem ser afirmadas *sem nenhuma sombra de dúvida*, como condição para participação na comunidade eclesial” (os itálicos da definição são do próprio autor, e não querem dizer pouco).⁵

Segundo Rubem Alves, o PRD é um tipo-ideal (de acordo com metodologia weberiana) do protestantismo no Brasil, cujo material empírico foi extraído de uma denominação protestante, a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), na qual Rubem Alves foi pastor e da qual se desligou em pleno período da ditadura civil-militar no Brasil. Os outros dois tipos-ideais seriam o “Protestantismo do *sacramento*”, com ênfase na emoção, mística e sacramentos, e o “Protestantismo do *espírito*”, com destaque para a subjetividade de êxtase intenso. Para Zwinglio Mota Dias, autor do prefácio (“Sobre

⁴ Com o uso da expressão em sentido *lato* atribuído ao protestantismo, queremos abarcar, sobretudo no caso do fundamentalismo no Brasil, o protestantismo histórico ou tradicional, o pentecostalismo e o neopentecostalismo – enfim, as igrejas evangélicas (cada qual, a seu modo, é bem verdade).

⁵ ALVES, Rubem. **Protestantismo e repressão**. 2 reimp. São Paulo: Ática, 1982. p. 35.

palavras apetitosas e criadoras de vida...” do livro *Outros cheiros, outros sabores...: o pensamento teológico de Rubem Alves*,⁶ o protestantismo fundamentalista é, de fato, o mesmo que Rubem Alves chamou de PRD.

Outra característica – metodológica, neste caso – transplantada do projeto do orientador para este artigo é o lugar de um jornal de grande circulação nacional, qual seja, a *Folha de S. Paulo* (doravante, *Folha*), como fonte de dados para a pesquisa a fim de alcançarmos os objetivos próprios desta investigação, que dizem respeito à presença e relevância da obra de Rubem Alves na cena pública brasileira. Noutros termos, como e por que Rubem Alves se fez representar na imprensa nacional nos quatro anos de governo Bolsonaro (2019-2022). A própria construção dos objetivos deste artigo segue uma espécie de orientação que retiramos da *Folha* e das ocorrências do nome de Rubem Alves em suas matérias, reportagens, artigos, colunas de opinião, blogs etc. Na sequência, dividimos as ocorrências relacionadas ao escopo desta investigação em três objetivos, que, direta ou indiretamente, dialogam com a temática do fundamentalismo (PRD).

Em primeiro lugar, na abertura das discussões, mostrar por que, em 2020, os livros de Rubem Alves foram censurados pelo governo de Rondônia – mesmo tendo recuado posteriormente da decisão –, justamente pelo fato de questionarem o modelo tradicional de escola. Noutros termos, mais próximos ao escopo deste artigo, em pleno período de bolsonarismo no Brasil, Rubem Alves foi considerado pelo governo estadual de Rondônia⁷ um autor perigoso – juntamente com Franz Kafka, Euclides da Cunha, Ferreira Gullar, Rubem Fonseca, Nelson Rodrigues, dentre outros. No documento proposto pelo estado de Rondônia, foram mencionados 43 títulos com seus respectivos autores e, no final da lista, fora da tabela, consta o seguinte: “Observação: Todos os livros do Rubem Alves devem ser recolhidos”.⁸

Em segundo lugar, demonstrar como Rubem Alves pode ser considerado um autor da crítica às certezas (em forma de verdades últimas ou definitivas) por afirmar a importância das ausências e das dúvidas. “O problema dessa certeza irrefletida é que a ‘verdade’ pode ser moldada de acordo com as vontades de quem as pronuncia, deixando-nos à mercê dos artesãos dos fatos, que, tirando uma coisa ali e acrescentando outra acolá, dão à sua obra o formato desejado”.⁹ Qual a solução proposta pela jornalista Gabriela Prioli? O exercício da dúvida, pois “o pior inimigo das pseudoverdades não são os sábios, são os curiosos, que, ao perguntarem, expõem a preguiça do crente”.¹⁰ Daí vem a citação de Rubem Alves: “o voo só acontece se houver o vazio” e, prossegue a colunista citando o escritor, “o vazio é ‘a ausência de certezas’. ‘Os homens’, diz ele,

⁶ REBLIN, Iuri Andréas. *Outros cheiros, outros sabores...: o pensamento teológico de Rubem Alves*. São Leopoldo: Oikos; Faculdades EST, 2009.

⁷ Em texto da época, podemos ler o seguinte: “O governador de Rondônia, coronel Marcos Rocha, é filiado ao PSL [Partido Social Liberal], ex-partido do presidente Jair Bolsonaro. A expectativa é que Rocha acompanhe Bolsonaro em seu novo partido, o Aliança” (SALDAÑA, Paulo; DELLA COLETTA, Ricardo. Governo de RO manda recolher ‘Macunaíma’ e mais 42 livros e depois recua. *Folha de S. Paulo*, 6 fev. 2020 [atualizado em: 7 fev. 2020]). O “Aliança”, como sabemos, foi um projeto que não deu certo, então, daí que o coronel tenha sido reeleito, em 2022, concorrendo pelo partido União Brasil (e ampla coligação, batizada de “Compromisso, Trabalho e Fé”).

⁸ SALDAÑA; DELLA COLETTA, 6 fev. 2020 (atualizado em: 7 fev. 2020).

⁹ PRIOLI, Gabriela. O voo só acontece se houver o vazio. *Folha de S. Paulo*, 24 jun. 2020.

¹⁰ PRIOLI, 24 jun. 2020.

‘querem voar, mas temem o vazio. Não podem viver sem certezas. Por isso, trocam o voo por gaiolas. As gaiolas são o lugar onde as certezas moram’”.¹¹

Enfim, em terceiro lugar, eis que chega o objetivo mais diretamente religioso e, ao mesmo tempo, político deste artigo: discutir e problematizar a relação de Rubem Alves com o protestantismo e o presbiterianismo no Brasil.

A Igreja Presbiteriana Unida, criada por pessoas como Rubem Alves, permitiu que presbíteros e leigos pudessem exercer uma fé profética, livre das amarras necrocalvinistas da IPB, que apoiou a ditadura cívico-militar e perseguiu seus membros que optaram por fazer oposição ao monstruoso regime autoritário instalado em 64.¹²

De fato, assim como há muitos estudos já publicados e outros plena elaboração a respeito da participação do presbiterianismo – sobretudo, da IPB (a primeira igreja de Rubem Alves) – no governo militar, iniciado com o Golpe de 1964, por paralelismo, estamos num momento em que se impõe a análise da participação dos presbiterianos (mas não só) também no governo Bolsonaro.

Por fim, classificamos nossa pesquisa como bibliográfica, por se valer de fontes secundárias (livros e artigos) e documental, por também produzir e interpretar dados de fontes primárias, notadamente da mídia ou imprensa, bem como de obras do autor posto em questão: Rubem Alves. Quanto ao tratamento dos dados, caracterizamos nossa investigação como de uma abordagem qualitativa:

[...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos.¹³

Assim, pretendemos que os recortes construídos e propostos por nós contribuam para a geração de novas ideias e questões, com vistas a assegurarmos também o caráter exploratório da pesquisa. No que concerne à utilização do jornal, esclarecemos que não é a *Folha* que está em questão – nem seus textos, nem seus autores –, mas aquilo que aponta como objeto exterior, ou seja, a conjuntura política nacional e o *locus* ocupado pelo autor Rubem Alves dentro dela. Maria Helena Villas Bôas Concone avalia que, em pesquisa qualitativa acerca de um fenômeno (no caso, religioso), os jornais podem colocar o pesquisador frente a um tipo bem específico de memória, pois têm a faculdade de devolver a ele o calor da hora: “Sem outros intermediários, por assim dizer, o material fica aqui também sujeito à busca de sentido e à reorganização, neste caso através da releitura realizada pelo pesquisador. E não é dizer pouco”.¹⁴

Censura ao autor da crítica às certezas

¹¹ PRIOLI, 24 jun. 2020.

¹² CARVALHO, Denis Barros de. Evangélicos no contexto brasileiro. **Folha de S. Paulo**, 9 jul. 2022.

¹³ MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 21.

¹⁴ CONCONE, Maria Helena Villas Boas. Pesquisa qualitativa nos estudos de religião no Brasil. In: SOUZA, Beatriz Muniz de; GOUVEIA, Eliane Hojaij; JARDILINO, José Rubens Lima (Orgs.). **Sociologia da religião no Brasil**. São Paulo: PUC-SP; Simpósio; São Bernardo do Campo: UESP, 1998. p. 131).

Aos 6 de fevereiro de 2020, um memorando foi encaminhado para as escolas do estado de Rondônia, com a finalidade de descrever os livros que deveriam ser recolhidos das instituições educacionais, sob a justificativa de apresentarem conteúdos inadequados para as crianças e adolescentes.¹⁵ Importante salientarmos que o então governador de Rondônia, coronel Marcos Rocha, à época filiado ao PSL, havia sido eleito com apoio de Bolsonaro, então candidato à presidente da República Federativa do Brasil pelo mesmo partido – do qual se desfilou em 2019, governando o país, durante a maior parte de seu mandato, sem partido.

Como exemplo da postura autoritária da gestão estadual em Rondônia – cujo modelo vinha do mandatário do poder executivo federal –, Laura Mattos, colunista da *Folha*, denuncia o que caracteriza como “a cara de pau da censura”.¹⁶ A lista de livros, distribuída às escolas pela Secretaria de Educação de Rondônia, continha o nome de vários autores, como Caio Fernando Abreu, Mário de Andrade, Ferreira Gullar, Carlos Heitor Cony, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Carlos Nascimento Silva, Rubem Fonseca, Ivan Rubino Fernandes, Nelson Rodrigues, Rosa Amanda Strausz, Machado de Assis, Franz Kafka, dentre outros.¹⁷

Para entendermos o porquê dessa censura aos livros de Rubem Alves por um ente federativo estadual da República é importante a compreensão de que autor, morto em 2014, ao tratar do PRD, por exemplo, discutiu o que leva um grupo a suprimir o pensamento de outros, principalmente, daqueles que se opõem aos donos do poder. Temática que ele não desenvolveu somente em seus livros mais acadêmicos, ao contrário, trata-se de assunto que aparecia e repercutia em suas crônicas, literatura infanto-juvenil, conferências, palestras etc. Para Rubem Alves, nenhum conhecimento pode ser absoluto, nem mesmo o científico, como defende em seu livro *Religião e repressão* (2020) – que é, na verdade, o relançamento, com outro título, do livro *Protestantismo e repressão*, original do final dos anos 1970.

Parece-me que esta conclusão é válida para todos os níveis de conhecimento humano. Se o conhecimento se constrói sobre a emoção, isto é, se o conhecimento é a racionalização de uma maneira de ser do sujeito em relação ao objeto, nem mesmo o conhecimento científico pode ser absoluto.¹⁸

Ainda que não seja difícil observar na história e diferentes culturas que uma verdade (a *nossa*, por exemplo) não pode ser absoluta, Rubem Alves afirma que a humanidade constantemente transforma a fé em dogma, ou seja, aprisiona uma relação que não poderia ser contida em palavras nem tornada objeto, enfim, o ser humano sempre procura domesticar algo que não se domina. Entretanto, ao realizarmos a transição da fé para o dogma, o que ocorre, de fato? O mundo se solidifica, nós nos solidificamos, a experiência se cristaliza e, assim, lançam-se os fundamentos para o comportamento autoritário.¹⁹

Além disso, existe outro problema a ser resolvido antes de chegarmos às considerações quanto à notícia da censura aos livros de Rubem Alves, que é o seguinte: a linguagem uma maneira, dentre tantas outras, de compreender e narrar a realidade. “[É] necessário arrancar da linguagem suas vestimentas sagradas, suas pretensões de

¹⁵ SALDAÑA; DELLA COLETTA, 6 fev. 2020 (atualizado em: 7 fev. 2020).

¹⁶ MATTOS, Laura. A cara de pau da censura. *Folha de S. Paulo*, 7 fev. 2020.

¹⁷ SALDAÑA; DELLA COLETTA, 6 fev. 2020 (atualizado em: 7 fev. 2020).

¹⁸ ALVES, Rubem. *Religião e repressão*. Juiz de Fora: Siano, 2020. p. 103.

¹⁹ ALVES, 2020.

verdade”, pois “as linguagens exprimem nossos *palpites* acerca do mundo”.²⁰ Desse modo, podemos questionar: como um palpite sobre a interpretação da realidade, dentre tantos outros, pode ser considerado absoluto e aceito por um grupo, a ponto de ser generalizado (e tido como expressão da verdade)? Para continuarmos nos limites da obra alvesiana, sugerimos utilizar um linguajar religioso que facilmente pode ser transposto para o político, utilizando a pergunta feita pelo próprio autor: “Por que mecanismos se conclui que os ortodoxos são ortodoxos e os hereges são hereges?”²¹

Ortodoxo é aquele que defende a ordem social estabelecida, já o herege é o que a questiona: “os hereges são sempre os vencidos e os ortodoxos, os vencedores”.²² Aqui, já se pode compreender por que o linguajar religioso pode responder a questões políticas. Ou seja, é porque são os vencedores quem decidem a verdade que ela deve ser seguida. Quem toma as decisões quanto à verdade não é uma espécie de ciência imparcial, mas um grupo que cristalizou no decorrer dos tempos sua compreensão de mundo como a correta – e isso foi aceito e confirmado pelos demais. Portanto, aquilo que poderia ser somente um palpite sobre a realidade, uma maneira de compreender e agir no mundo, torna-se, por meio da cristalização da experiência de determinado grupo (por ter chegado ao poder e vencido os demais), o padrão de comportamento determinante de uma sociedade – religiosa e para além dela.

Outro ponto a ser considerado ao se tratar dos motivos que levaram o governo de Rondônia a censurar os livros mencionados pode ser interpretado pelo fato de haver, na compreensão alvesiana, vários tipos de desvio de conduta estabelecidos numa sociedade (passíveis de punição), dentre os quais, o que mais interessa à reflexão dele é o do *comportamento intelectual*, ou seja, o desvio praticado pelo sujeito que não apenas transgredir a ordem social estabelecida, mas a questiona – e tudo isso conscientemente.

Rubem Alves foi durante sua vida um intelectual que questionou as verdades absolutas, assim como em boa parte de suas obras enalteceu a necessidade de espaços de ausência de certeza, pois somente neles é possível o voo – metáfora constantemente utilizada por ele –, como segue:

Para voar é preciso amar o vazio. Porque o voo só acontece se houver o vazio. O vazio é o espaço da liberdade, a ausência de certezas. Os homens querem voar; mas temem o vazio. Não podem viver sem certezas. Por isso trocam o voo por gaiolas. As gaiolas são o lugar onde as certezas moram. É um engano pensar que os homens seriam livres se pudessem, que eles não são livres porque um estranho os engaiolou, que se as portas da gaiola estivessem abertas eles voariam. A verdade é o oposto. Os homens preferem as gaiolas ao voo. São eles mesmos que constroem as gaiolas onde passarão as suas vidas. “Prisioneiro, diga-me, quem foi que fez essa inquebrável corrente que te prende?”, perguntava Tagore. “Fui eu”, disse o prisioneiro, “fui eu que forcei com cuidado esta corrente”.²³

Não que nossa própria explicação para o caso possa ser definitiva, mas o mecanismo do argumento favorece a compreensão de por que um governo repleto de certezas, respaldado em verdades tidas como atemporais, que, vindas do passado, estruturam o presente e o futuro, como as do bolsonarismo,²⁴ não pode aceitar que um autor como Rubem Alves, questionador da verdade, permaneça emanando suas dúvidas

²⁰ ALVES, 2020, p. 32.

²¹ ALVES, Rubem. **Dogmatismo e Tolerância**. Juiz de Fora: Siano, 2023. p. 105.

²² ALVES, 2023, p. 105.

²³ ALVES, 2020, p. 15.

²⁴ Por exemplo, a frase tão proclamada citação bíblica “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (Jo 8.32) ou o *slogan* “Deus, pátria, família e liberdade”.

para outras gerações – ainda mais nas escolas, nas quais e das quais, a maioria das famílias espera a transmissão de conhecimento, conteúdo e moralidades.

Por certo, Rubem Alves se enquadra naquilo que ele mesmo chamava de *crime do pensamento* ou *desvio intelectual*, ou seja, por assumir que se desvia, conscientemente, da compreensão vigente e hegemônica de sociedade, e também porque a questiona, critica, problematiza, põe em questão. Por meio de seus textos – assim como por suas aulas, palestras, conferências, rodas de conversa, entrevistas –, Rubem Alves convida outras pessoas, ao menos, a que considerem suas provocações, não para que cheguem às mesmas conclusões, mas que pensem por si mesmas.

Quanto às escolas – que para o próprio Rubem Alves são, em sua maioria, um meio de formatação da pessoa como ser social –, como diz o memorando do governo de Rondônia, contraventores e questionadores não são bem-vindos ao ambiente educacional formal, antes, devem ser expurgados, combatidos, censurados. “Mais do que proibir livros, parece que alguém, em Rondônia, tentou impedir os estudantes de pensar e formar senso crítico”.²⁵ Um livre-pensador como Rubem Alves, num cenário governamental como o de Rondônia em 2020, torna-se um inimigo a ser combatido. Assim, o mundo se divide, politicamente, entre amigos e inimigos, e se organiza de acordo com a lógica do *nós versus eles*.

Consideramos, de certa forma, suficiente o que o exposto até aqui, entretanto, uma nota quanto ao caso não pode deixar de ser registrada:

Ao pé da lista [dos livros listados para recolhimento] , uma breve observação: todos os livros de Rubem Alves devem ser recolhidos. Rubem Alves, autor de uma obra singela, entrou de gaiato na história, confundido com Rubem Fonseca, esse sim campeão de indicações no ataque medieval de Rondônia. Mais um prêmio para ele, junto com o Camões e os tantos Jabutis que já ganhou.²⁶

De nossa parte, não concordamos com as considerações de Claudia Tajes – e não estamos sozinhos nisso –, por alguns motivos. O primeiro é que não há, na maioria das notícias analisadas por nós, nas quais consta o nome de Rubem Alves, opiniões em acordo com a de Tajes. Aliás, parece que nem ela mesma explicita de que fonte retirou sua opinião – nem outras apurações que a corroborassem.

O segundo é porque, se considerada a lógica da construção do memorando, foram muitos os livros de Rubem Fonseca listados – 19 no total –, assim, não faria sentido, de certo modo, repetir, ao final, que todas as suas obras fossem retiradas de circulação. Em contrapartida, o nome de Rubem Alves aparece uma única vez na lista, e é justamente quando se adverte que todas as suas obras fossem recolhidas. Sendo assim, sem discriminar que obras alvesianas deveriam ser censuradas, um título ou outro, é mais plausível que a observação se refira, de fato, a Rubem Alves, haja vista não haver necessidade de se estender a lista, pois todos seus livros eram considerados inadequados para os propósitos educacionais do governo de Rondônia.

Quanto ao terceiro e último motivo, queremos atribuir juízo de valor à discussão. A autora da matéria que aponta uma possível confusão entre um Rubem e outro descreve que Rubem Alves é “autor de uma obra singela”, se comparado com Rubem Fonseca,

²⁵ MASUTTI, Vivian. Aprenda a ler e a pensar com a lista de livros censurados em Rondônia: obras tiradas das escolas trazem retrato único da história e da cultura brasileira. **Folha de S. Paulo**, 17 de fev. de 2020.

²⁶ TAJES, Claudia. Para baixo e avante: a cada dia um novo esforço para não brochar. **Folha de S. Paulo**, 10 de fev. de 2020.

“esse sim campeão de indicações no ataque medieval de Rondônia”.²⁷ Isso aponta para uma espécie de desconsideração da colunista em relação à produção literária de Alves, seus prêmios ou reconhecimentos, sua resistência ao período da ditadura civil-militar no Brasil e sua crítica ao fundamentalismo religioso (base de apoio do governo Bolsonaro).

O livre exame das Escrituras como antídoto ao PRD

Para compreendermos Rubem Alves como intelectual e autor que, tenazmente, criticou as certezas últimas, parece-nos oportuno observar os ciclos de sua produção acadêmico-literária. Para tanto, baseamo-nos no livro de Leopoldo Cervantes-Ortiz – *A teologia de Rubem Alves: poesia, brincadeira e erotismo* –, no qual o autor divide em seis os períodos da produção das obras alvesianas.

O primeiro (de 1956 a 1964) pode ser considerado mais tímido, com uma produção de escritos mais descritivos, denunciando o sistema colonial. Mais próximo de 1964, houve dois temas principais, a “atividade de Deus na sociedade”, cobrando da comunidade cristã em que estava inserido uma posição mais concreta nas transformações sociais, e “a natureza provisória da revolução”, ocasião em que Rubem Alves tinha uma visão mais otimista, numa perspectiva de transformação revolucionária.²⁸

Trata-se o segundo (de 1964 a 1969) de uma etapa mais voltada para o trabalho militante, numa busca por mudança, no qual, talvez, ele encontre mais certezas, tanto pessoais quanto para sua igreja – o que, pela cronologia, não deve ser tomado como uma contradição em relação ao que propusemos anteriormente –, buscando, justamente, mudanças eclesiais. É o período em que sistematiza, pela primeira vez, sua teologia. Aqui, é importante observar que Rubem Alves fora considerado inimigo do regime militar.

O terceiro (1970 e 1971) foi chamado por Cervantes-Ortiz de “período de desengano eclesial e político”.²⁹ Após ter passado alguns anos nos Estados Unidos, por ter sido perseguido pela ditadura no Brasil, Rubem Alves se estabeleceu numa espécie de *cativeiro criativo*, produzindo críticas sobre temas eclesiais e políticos, sempre contrário ao regime de exceção, mas, ao mesmo tempo, dentro de uma esperança de que o cenário poderia ser transformado.

No quarto (de 1972 até 1975), Rubem Alves se distancia dos teólogos clássicos (católico-romanos) da Teologia da Libertação, e assimila ainda mais o processo de *cativeiro criativo*. Há uma mudança de compreensão teológica, não mais com as certezas antigas, mas com novas perspectivas de libertação e esperança, e com uma liberdade ainda maior, “é uma nova maneira de vivenciar Deus, o mundo, a fé, a humanidade, a sociedade”.³⁰

O quinto período (de 1975 a 1982) é considerado como um momento de *buscas*, caracterizado pelo abandono do dogmatismo, que é substituído por uma maneira mais livre, sem as amarras da teologia protestante tradicional. Desse período, são dois dos mais importantes livros de Rubem Alves para nós, neste artigo, *Protestantismo e repressão* e *Dogmatismo e tolerância*, que nos apresentam o autor em sua passagem das certezas à crítica das certezas.

²⁷ TAJES, 10 fev. 2020.

²⁸ CERVANTES-ORTIZ, Leopoldo. *A teologia de Rubem Alves: poesia, brincadeira e erotismo*. Campinas: Papirus, 2005. p. 44.

²⁹ CERVANTES-ORTIZ, 2005, p. 45.

³⁰ CERVANTES-ORTIZ, 2005, p. 46.

O sexto e último período vai de 1982 “até o presente momento”,³¹ claro que o tempo mencionado por Cervantes-Ortiz é o do final de sua pesquisa (publicada em forma de livro), pois Rubem Alves acabou escrevendo outras coisas até o momento de sua morte em 2014, mas nós não temos como apurar se tais obras poderiam configurar um *sétimo período*. De todo modo, o sexto ciclo é marcado por uma definição mais clara da teologia de Alves, que se acha, então, muito mais próxima “da literatura, pela conjunção de elementos simbólicos, poéticos, teológicos, religiosos e autobiográficos”.³²

Por se tratar de assunto revisitado por muita gente, também Cervantes-Ortiz (2025) trata da trajetória de Rubem Alves ligada à igreja protestante brasileira, notadamente à IPB. Foi nela que Rubem Alves se tornou (ainda que inconscientemente) e, depois, descobriu-se um fundamentalista.

Tornei-me um fundamentalista. Um piedoso fundamentalista. Fundamentalismo é uma atitude que atribui um caráter último às suas próprias crenças. O mais importante, não é o *que* o fundamentalista diz mas *como* ele diz. É a atitude dogmática e autoritária com respeito ao seu sistema de pensamento, e inversamente a atitude de intolerância e inquisitorial ante qualquer tipo de “herege” ou “revisionista” que o caracteriza.³³

A leitura fundamentalista da Bíblia, como já afirmamos, não abre possibilidades para mais de uma interpretação para cada passagem das Escrituras – com pequeníssimas variações possíveis em relação a alguns textos, sempre de acordo com a teologia do grupo que sustenta a verdade. É falaciosa toda afirmação de que a leitura da Bíblia é anterior à teologia (fundamentalista) da pessoa ou do grupo que a interpreta. Ao contrário, a teologia é qual lente (anterior, portanto) com a qual o fundamentalista se aproxima do texto e pela qual o interpreta. A leitura e a interpretação fundamentalistas da Bíblia – monossêmicas, como queremos afirmar – produz muitas implicações de intolerância, conservadorismo, fanatismo, violência.

Por exemplo, o PRD, em contraste com a teologia da Igreja Católica, por exemplo, compreende a salvação pela profissão da verdade e não pelos sacramentos:

No catolicismo, a graça é mediada pelo sacramento, que possui um poder “*ex opere operato*”, não dependendo, portanto, dos estados de consciência, seja do sacerdote, seja daquele que recebe. No PRD, ao contrário, a graça é mediada pelo conhecimento. Quem não afirma a verdade está separado da graça.³⁴

Está aí representado um dos principais motivos pelos quais o espírito protestante é tão obcecado pela busca da verdade. E, por ser assim, a maneira fundamentalista de compreender a realidade é considerada como verdade absoluta: “[...] aquela que é completa, fixa e final. Não pode, portanto, ser contestada ou mudada”.³⁵ De modo forte, sendo a verdade que professam aquela da qual depende a salvação das pessoas, poderia haver espaço para a tolerância ou para a aceitação de outras maneiras de compreender a realidade? A resposta do PRD é um taxativo *não*, pois as respostas possíveis têm implicações para além desta vida.

A tolerância, por sua vez, só pode encontrar espaço em face da dúvida. Porque, se a compreensão é de que a verdade já foi revelada, isso quer dizer que “o futuro deve

³¹ CERVANTES-ORTIZ, 2005, p. 46.

³² CERVANTES-ORTIZ, 2005, p. 47.

³³ ALVES, Rubem. **O enigma da religião**. 4 ed. Campinas: Papirus, 1988. p. 11

³⁴ ALVES, 2020, p. 282.

³⁵ ALVES, 2023, p. 105.

ser uma continuação do passado. As mesmas ideias. A verdade já foi cristalizada em séculos idos. Proibidos de explorar o novo, de pensar o insólito...”.³⁶ A proibição de explorar o novo é justamente a abertura para a instauração do que o autor classifica como *práticas inquisitoriais*, que são colocadas em ato contra todos os desviantes. A depender de como se desviam as pessoas, será determinado um certo tipo de tratamento. Todavia, como já tratamos acima, para o modelo religioso do PRD, o pior desvio é o intelectual, a negar a validade da ordem social.

Talvez a grande questão a dificultar toda nossa discussão esteja ligada ao fato de o protestantismo haver nascido, dentre outros tantos interesses, como oposição ao assim chamado pensamento inquisitorial do catolicismo, proclamando, como parte de sua essência, a liberdade evidenciada, sobretudo, pelo livre exame das Escrituras – e também pelo sacerdócio de todos os santos, a apontar para uma relação com Deus que não está restrita às amarras da instituição Igreja, mas que se dá por meio da consciência, pela a possibilidade de um relacionamento direto com o divino. Todavia, contraditoriamente, o próprio protestantismo (pelo menos, no modelo da *Reta Doutrina*) tornou-se um movimento de prática de inquisição – claro, não mais por meio da condenação à morte, sua eficácia, hoje, é de outra espécie.

Na verdade, seria possível interpretar a tendência protestante às divisões denominacionais e sectárias como um expressão de práticas inquisitoriais. [...] o fato de os grupos com pensamento divergentes serem forçados a deixar uma certa Igreja é uma evidência da presença de mecanismos de controle de pensamento extremamente eficazes na Igreja de que foram forçados sair.³⁷

As certezas cristalizam uma maneira de compreender o mundo, que não é natural e eterna por essência, mas produzida para ser vista e aceita como não modificável. Desse modo, produz-se a necessidade de seguir uma única interpretação da realidade, porque vinda do passado (ou, no mínimo, atribuída a ele), consolida-se como uma declaração de eterna, genuína, atemporal, verdadeira (perpetuamente verdadeira). O corolário disso tudo é o conservadorismo, porque, sendo a verdade revelada desde os primórdios, não há necessidade de ação modeladora da realidade, nem mesmo diante das novas necessidades. Dentro da lógica dos jogos de poder, a luta máxima do conservadorismo talvez seja a de fazer o movimento de impedir que surjam novos aspectos de existência e de pensamento da existência.

O pensamento protestante (do PRD, que fique claro), nesse caso, compactua com o *status quo*, para que não transgrida o estabelecido pela verdade já revelada. Sendo assim, os desastres naturais, a extrema pobreza, o sofrimento por injustiça encontram seu mundo de significação e plausibilidade: sempre houve uma revelação – no caso, a noção de passado imemorial é decisiva – a tratar de cada assunto relevante para a vida e para a morte. Trata-se, além disso, de enfatizar uma ideia de esperança – não de *esperançar* – de que é no pós-vida que as mazelas desta vida se resolverão. Basta que os fiéis aguardem em ardente expectativa. Rubem Alves, todavia, procura resgatar certo pensamento da Reforma, justamente aquele que está ligado ao livre exame da Escrituras, ao sacerdócio de todos os santos, à liberdade de consciência. Porque percebia que o protestantismo (não todo) havia se tornado exatamente o que havia combatido no catolicismo do século XVI, o domínio institucional da relação do indivíduo com o divino. “Aquilo que uma instituição eclesiástica reconhece como verdade, e que usa como critério

³⁶ ALVES, 2023, p. 26.

³⁷ ALVES, 2023, p. 102.

para estigmatizar o herege, foi formulado e imposto, um dia, por aqueles que detinham o monopólio do poder político nessa mesma instituição”.³⁸

De acordo com Rubem Alves, no período da chamada *ortodoxia protestante* – uma espécie de escolasticismo protestante³⁹ – também conhecida como a *era das confissões*, o modelo protestante da *reta doutrina* adotou proposições e atitudes dogmáticas, ao criar suas confissões de fé – como a *Confissão de Fé de Westminster* e seu catecismo, por exemplo, no século XVII –, que determinam (até hoje) como se deve compreender as Escrituras. De modo que o livre exame e a liberdade, tão presentes nas reivindicações dos reformadores, tornam-se quase nulos, porque se estabeleceu que a interpretação das Escrituras, em determinada época, em dado momento histórico (o dos dogmas e das confissões protestantes), é na verdade a única compreensão dela e não há nenhuma outra maneira de a compreender sem se tornar um herege. Em contrapartida, “se a situação tivesse sido oposta, isto é, se os perdedores tivessem sido vitoriosos, o seu pensamento teria sido imposto como verdade e ortodoxia, e o de seus oponentes como heresia”.⁴⁰

Rubem Alves, igreja protestante brasileira e governo Bolsonaro

Como já evidenciamos anteriormente, Rubem Alves foi pastor presbiteriano e, de todo modo, sua relação com a IPB não pode ser considerada superficial, mas muito densa, profunda. O fato de reiteradas vezes ele se afirmar protestante revela as marcas que sua formação protestante deixou em sua pessoa, vida e obra: *sou* [protestante] *porque fui*, costumava ele dizer. No primeiro capítulo do livro *Dogmatismo e tolerância*, que leva o título “O vento sopra onde quer...’: confissões de um protestante obstinado”:

Memórias não podem ser esquecidas. O passado, uma vez vivido, entra em nosso sangue, molda nosso corpo, escolhe nossas palavras. É inútil renegá-lo. As cicatrizes e os sorrisos permanecem. Os olhos dos que sofreram e amaram serão, para sempre, diferentes de todos os outros. Resta-nos fazer as pazes com aquilo que já fomos, reconhecendo que, de um jeito ou de outro, aquilo que já fomos continua vivo em nós, seja sob forma de demônios que queremos exorcizar e esquecer, sem sucesso, seja sob a forma de memória que preservamos com saudade e nos fazem sorrir com esperança.

Digo isso como prelúdio a uma confissão: sou protestante. Sou porque fui. Mesmo quando me rebelo e denuncio.⁴¹

Ao olharmos, enfim, para a sua produção acadêmico-literária, as relações de Rubem Alves com aquela IPB do PRD encontram, até certa fase de sua vida, um espaço privilegiado. Se as relações da IPB com o regime civil-militar (1964-1985) já estão até bem documentadas⁴², as relações do presbiterianismo da *Reta Doutrina* com o governo Bolsonaro (2019-2022) começam a ser estudadas, cada vez mais, com maior propriedade,

³⁸ ALVES, 2023, p. 105.

³⁹ Pela citação a seguir, apresentamos uma ideia do que estamos a chamar de *escolasticismo* protestante: “Durante o século dezessete, a tradição reformada estabeleceu o que a partir de então seria sua ortodoxia. Isto se deu em duas assembleias solenes, cujos pronunciamentos foram vistos como a mais fiel expressão do calvinismo. Essas duas reuniões foram: o Sínodo de Dordrecht e a Assembleia de Westminster (GONZALEZ, Justo L. **A era dos dogmas e das dúvidas**. 2 ed. São Paulo: Vida Nova, 1990. p. 114).

⁴⁰ ALVES, 2023, p. 105.

⁴¹ ALVES, 2023, p. 9.

⁴² Para citarmos apenas um exemplo, bastante completo em seus termos, cf: SOUZA, Silas Luiz de. **O respeito à lei e à ordem**: presbiterianos e a ditadura militar no Brasil. 2 ed. São Paulo: Recriar, 2022.

competência e método. Por exemplo, no caso desta investigação, ao pesquisarmos no campo de busca da *Folha de S. Paulo* o descritor “Igreja Presbiteriana”, especificando o período das notícias entre 2019 e 2022 – para observarmos não somente as notícias que relacionam a IPB com o governo de Jair Messias Bolsonaro, mas também para sabermos com que recorrência isso aconteceu –, encontramos 127 notícias. Certo é que nem todas as ocorrências estão relacionadas ao *subject* deste artigo, mas a maioria sim. Fiquemos, portanto, com o que é passível de análise.

Uma notícia, dentre as que mais chamaram nossa atenção, por apresentar uma aproximação muito forte entre religião e política, apresenta o seguinte título: “Igrejas e cartórios viram trunfo para viabilizar novo partido de Bolsonaro”.⁴³ Na matéria, vemos como foi descrita a corrida contra o tempo para a viabilização da criação do partido encabeçado por Bolsonaro, o “Aliança pelo Brasil”, e como (algumas) igrejas participaram ativamente do processo, numa clara extrapolação dos limites republicanos da separação forma entre religião ou igrejas(s) e Estado. O empenho de algumas igrejas e suas lideranças, na verdade, nem velado ou disfarçado era.

“Vocês viram um grande ônibus estacionado ali, escrito Aliança pelo Brasil? Tá meio escuro, mas tenho certeza que você viu”, diz o reverendo Emerson Patriota na paranaense Igreja Presbiteriana Central de Londrina. “Este futuro partido, estamos profetizando aí, precisa de algo que se chama apoio”, continua o pastor, que logo “desafiara” fiéis a dar uma das 492 mil assinaturas que a Justiça Eleitoral exige para parir a sigla. O veículo traz fotos de Bolsonaro e do deputado Filipe Barros (PSL-PR), discípulo da igreja. E é vapt-vupt, garante Patriota: “Temos aqui o pessoal do cartório para facilitar todo esse processo, [...] eles já estão aqui para nos abençoar”.⁴⁴

Citamos a reportagem acima a evidenciar o grau de relação existente entre a comunidade religiosa – no caso, representada por uma igreja dentre as que podemos chamar de protestantes históricas ou tradicionais – e os projetos dos então ocupantes do governo federal. Assim, consideramos não ser correto afirmar que todo o movimento evangélico – nem mesmo que toda a IPB – tenha se organizado de maneira coesa e sem críticas de seus membros ou líderes ao bolsonarismo e seus projetos de poder. Nem sequer devemos admitir, por exemplo, que o pentecostalismo e o neopentecostalismo, em sua totalidade, tenham aderido aos princípios e *modus operandi* do ex-presidente de seu entorno mais próximo, o assim chamado núcleo do poder (executivo)

Como exemplo contra-hegemônico em relação ao bolsonarismo e seus projetos de poder, apresentamos, aqui, o pastor Henrique Vieira (atualmente, deputado federal pelo PSOL-RJ), o qual, de acordo com a Anna Virginia Balloussier, ao tratar de evangélicos que se opuseram ao governo do então presidente da República, “[...] é o representante mais conhecido do movimento, com vídeos de falas suas divulgados por Caetano Veloso e convite para dar entrevista no podcast do Mano Brown”.⁴⁵ E não nos faltariam outros exemplos de cristãos evangélicos que se opuseram ao governo de Jair Messias Bolsonaro – mas não vêm ao caso, porque extrapolam o escopo deste artigo.

⁴³ BALLOUSSIER, Anna Virginia; SEABRA, Catia; PAMPLONA, Nicola. Igrejas e cartórios viram trunfo para viabilizar novo partido de Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, 1 fev. 2020.

⁴⁴ BALLOUSSIER; SEABRA; PAMPLONA, 2020.

⁴⁵ BALLOUSSIER, Anna Virginia. Senti vergonha de ser cristã, diz reverenda trans em ato religioso contra Bolsonaro: grupo evangélico e progressista tenta mostrar que nem todos do segmento apoiam atual presidente. **Folha de S. Paulo**, 5 mai. 2022.

Sabemos também que as relações de apoio não se davam de forma estrita e oficial por igrejas ou denominações protestantes em sua integralidade – até porque algumas são proibidas de se posicionarem politicamente de maneira oficial –, entretanto, as adesões ao governo executivo federal se davam de maneira individual ou da parte de lideranças e grupos organizados.

[...] evangélicos passaram a ter presença expressiva e hegemônica no governo, dividindo este poderio com militares em vários cargos do primeiro e segundo escalões. Logo no primeiro bloco de nomeações ministeriais, a pastora Damares Alves, inicialmente da Igreja do Evangelho Quadrangular, e, depois, da Igreja Batista da Lagoinha, ganhou a direção do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O Ministério da Casa Civil foi ocupado pelo luterano, da Igreja Evangélica Luterana no Brasil, Onyx Lorenzoni, e o Ministério do Turismo era conduzido pelo membro da Igreja Maranata Marcelo Álvaro Antônio. O ministro da Advocacia Geral da União era o pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil André Luiz Mendonça e o ministro-chefe da Secretaria de Governo era o general Luiz Eduardo Ramos, membro da Igreja Batista. Eram cinco evangélicos nomeados para o primeiro escalão do governo federal, com a ocupação de ministérios importantes como Casa Civil, Secretaria de Governo e o ideológico Ministério de Direitos Humanos que passa a incluir o tema da Família. [...] As novidades foram a ocupação do Ministério da Educação pelo pastor presbiteriano Milton Ribeiro e a criação do Ministério das Comunicações, concedido ao deputado federal Fábio Faria, da Igreja Batista.⁴⁶

Percebemos, então, como o governo de Bolsonaro esteve bem representado não só de apoiadores no nível da comunidade eclesial, como também se cercou, durante todo o mandato, de ministros (pastores) e leigos indicados para cargos de confiança que fossem evangélicos, dentre os quais, destacam-se os presbiterianos (mas não só), ao menos se considerarmos os cargos de maior expressão e visibilidade. Por comparação, podemos retomar, aqui, o espírito das críticas de Rubem Alves ao envolvimento da igreja protestante brasileira com o regime político que se instaurou em tempos posteriores ao golpe de 1964.⁴⁷

Pelo observação dos dados acima, pode-se alegar que o governo Bolsonaro preconizou a escolha dessas pessoas não por sua religião, mas por sua capacidade profissional – o que não nos compete avaliar aqui. Todavia, não é sem evidências afirmarmos que não foi somente a competência que motivou as escolhas. Ousamos utilizar um modelo típico-exemplar, garantido pelo truísmo da expressão “terrivelmente evangélico”.

O presidente Jair Bolsonaro afirmou em reunião ministerial que pretende indicar André Mendonça, chefe da AGU (Advocacia-Geral da União), para a vaga no STF (Supremo Tribunal Federal), que será aberta com a aposentadoria do ministro Marco Aurélio, que completa a idade limite de 75 anos em 12 de julho. Além do advogado-geral, outros nomes que vinham sendo cotados como possíveis escolhas de Bolsonaro eram os de Humberto Martins, presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), e Augusto Aras, atual procurador-geral da República. Os dois mantêm boa relação com o Congresso e têm a preferência de parlamentares para assumir um assento no Supremo. Contra Aras, porém, pesa o fato de não

⁴⁶ CUNHA, Magali. O protagonismo evangélico no Poder Executivo - Parte 1: A ocupação de ministérios. **Religião e Poder**, 2021. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/o-protagonismo-evangelico-no-poder-executivo/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

⁴⁷ Para acessar o debate crítico a respeito da relação dos presbiterianos brasileiros com o regime de exceção instaurado pós-1964 em nosso país, mais uma vez, recomendamos a leitura das pesquisas de Silas Luiz de Souza (2005; 2022).

preencher o principal requisito estabelecido por Bolsonaro para conquistar a vaga: ser “terrivelmente evangélico”.⁴⁸

Tendo como referência o *corpus* alvesiano a respeito da maquinaria do poder, podemos demonstrar como o movimento de quem está nos mecanismos de dominação é o de se manter neles, assim como o de conservar os padrões estabelecidos. Transferindo a ideia geral para o campo particular dos interesses religiosos – na política, ou seja, na arena pública –, as motivações da chegada e permanência de religiosos no poder estiveram (como ainda estão) muito relacionadas a temas morais, pauta de costumes, questões de gênero, ameaça comunista etc. Ocupar cargos públicos com ministros ou leigos religiosos é um movimento para que os padrões sociais, que apresentam tendências de transformação, não sejam mudados. Isto é, trata-se de um modo público-política de fazer com que os hereges não ganhem voz e não denunciem os padrões que sufocam as transformações que acontecem no seio da sociedade, ao contrário, que os mantenham na posição de hereges, que o é mesmo de dizer que devem ser combatidos.

Considerações finais

A nosso juízo, portanto, Rubem Alves se apresenta até os dias atuais, talvez mais do que nunca, mesmo depois de 10 anos de sua morte, como um autor necessário para a compreensão da realidade atual e da conjuntura política brasileira – pelos caminhos da teologia, filosofia, ciências humanas, crônicas do cotidiano, poesia. A importância do autor se amplia em face dos fundamentalismos religiosos que não têm perdido força, diminuído ou sumido, pelo contrário, encontram eco e repercussão em pessoas religiosas e não religiosas também, unindo suas forças com a finalidade de conservação do *status quo*.

Ainda que não de maneira taxativa, podemos compreender e considerar, até aqui, que um pensador como Rubem Alves não será bem aceito na igreja da qual ele retirou o material empírico para a pesquisa e redação do livro *Protestantismo e repressão*, depois, rebatizado de *Religião e repressão*, ou seja, a IPB, nem nos movimentos com a qual ela esteja alinhada, ainda que não oficialmente, mas por iniciativa de parte de sua liderança, como foi o caso do governo de Bolsonaro na presidência da República. Para o PRD, onde houver a afirmação da verdade (única, unívoca), mesmo que seja em um governo que se pretenda detentor da verdade, Rubem Alves, seu pensamento e os continuadores de sua obra não serão bem quistos nem bem-vindos. Como herege, seus livros devem ser retirados até mesmo de circulação em escolas públicas – para retomarmos o caso radical com que abrimos as discussões neste artigo.

Como ensinava o próprio Rubem Alves, mais perigoso é o desviante intelectual do que o sujeito imoral. Porque o que se desvia da moralidade compreende que a interpretação da realidade sustentada por aqueles que estão no poder está certa, e que ele está errado, podendo até se arrepender; em oposição, está o sujeito do desvio intelectual, que questiona, invalida, denuncia a maneira do grupo hegemônico compreender e interpretar o mundo. O que se desvia do pensamento oficial não estará disposto a voltar atrás, portanto, sofrerá práticas inquisitoriais e sistemas de repressão.

Rubem Alves, ainda, apresenta-se como uma voz que pode, se escutada, combater estruturas conservadoras, fechadas para o novo e para os movimentos de

⁴⁸ DELLA COLETTA, Ricardo; TEIXEIRA, Matheus. Bolsonaro diz a ministros que pretende indicar André Mendonça para o Supremo: chefe da Advocacia-Geral da União deu seguimento a conversas com senadores na tentativa de diminuir resistência na Casa ao seu nome. *Folha de S. Paulo*, 6 jul. 2021.

transformação e renovação da sociedade. Podemos, inclusive, perceber que suas obras como um convite que ecoa, qual seja, que nos permitamos duvidar, até mesmo de conclusões por ele propostas, mas que mantenhamos, diante de novos problemas ou dilemas, a disposição para novas respostas, que não fiquemos presos às respostas passadas – que não dialogam com o presente nem se abrem para o futuro.

Referências

Digite aqui as referências efetivamente citadas no documento, de acordo com a ABNT 6023, em ordem alfabética.

- ALVES, Rubem. **Dogmatismo e Tolerância**. Juiz de Fora: Siano, 2023.
- ALVES, Rubem. **O enigma da religião**. 4 ed. Campinas: Papirus, 1988.
- ALVES, Rubem. **Protestantismo e repressão**. 2 reimp. São Paulo: Ática, 1982.
- ALVES, Rubem. **Religião e repressão**. Juiz de Fora: Siano, 2020.
- BALLOUSSIER, Anna Virginia; SEABRA, Catia; PAMPLONA, Nicola. Igrejas e cartórios viram trunfo para viabilizar novo partido de Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, 1 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/igrejas-e-cartorios-viram-trunfo-para-viabilizar-novo-partido-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 16 abr. 2024.
- BALLOUSSIER, Anna Virginia. Senti vergonha de ser cristã, diz reverenda trans em ato religioso contra Bolsonaro: grupo evangélico e progressista tenta mostrar que nem todos do segmento apoiam atual presidente. **Folha de S. Paulo**, 5 mai. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/senti-vergonha-de-ser-crista-diz-reverenda-trans-em-ato-religioso-contr-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 05 de ago. 2024.
- CARVALHO, Denis Barros de. Evangélicos no contexto brasileiro. **Folha de S. Paulo**, 9 jul. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/07/evangelicos-no-contexto-brasileiro.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- CERVANTES-ORTIZ, Leopoldo. **A teologia de Rubem Alves**: poesia, brincadeira e erotismo. Campinas: Papirus, 2005.
- CONCONE, Maria Helena Villas Boas. Pesquisa qualitativa nos estudos de religião no Brasil. In: SOUZA, Beatriz Muniz de; GOUVEIA, Eliane Hojaij; JARDILINO, José Rubens Lima (Orgs.). **Sociologia da religião no Brasil**. São Paulo: PUC-SP; Simpósio; São Bernardo do Campo: UESP, 1998. p. 125-136.
- CUNHA, Magali. O protagonismo evangélico no Poder Executivo - Parte 1: A ocupação de ministérios. **Religião e Poder**, 2021. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/o-protagonismo-evangelico-no-poder-executivo/>. Acesso em: 26 ago. 2024
- DELLA COLETTA, Ricardo; TEIXEIRA, Matheus. Bolsonaro diz a ministros que pretende indicar André Mendonça para o Supremo: chefe da Advocacia-Geral da União deu seguimento a conversas com senadores na tentativa de diminuir resistência na Casa ao seu nome. **Folha de S. Paulo**, 6 jul. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/bolsonaro-diz-a-ministros-que-pretende-indicar-andre-mendonca-para-o-supremo.shtml>. Acesso em: 24 abr. 2024.
- GONZALEZ, Justo L. **A era dos dogmas e das dúvidas**. 2 ed. São Paulo: Vida Nova, 1990. [Coleção: E até aos confins da terra: uma história ilustrada do cristianismo, v. 8.]
- MASUTTI, Vivian. Aprenda a ler e a pensar com a lista de livros censurados em Rondônia: obras tiradas das escolas trazem retrato único da história e da cultura brasileira. **Folha de S. Paulo**, 17 de fev. de 2020. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/colunistas/biblioteca-da-vivi/2020/02/aprenda-a-ler-e-a-pensar-com-a-lista-de-livros-censurados-em-rondonia.shtml>. Acesso em: 24 de fev. de 2024.

- MATTOS, Laura. A cara de pau da censura. **Folha de S. Paulo**, 7 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-mattos/2020/02/a-cara-de-pau-da-censura.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 9-29.
- PRIOLI, Gabriela. O voo só acontece se houver o vazio. **Folha de S. Paulo**, 24 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/gabriela-prioli/2020/06/o-voo-so-acontece-se-houver-o-vazio.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- REBLIN, Iuri Andréas. **Outros cheiros, outros sabores...: o pensamento teológico de Rubem Alves**. São Leopoldo: Oikos; Faculdades EST, 2009.
- SALDAÑA, Paulo; DELLA COLETTA, Ricardo. Governo de RO manda recolher 'Macunaíma' e mais 42 livros e depois recua. **Folha de S. Paulo**, 6 fev. 2020 [atualizado em: 7 fev. 2020]). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/02/governo-de-ro-manda-recolher-macunaíma-e-mais-42-livros-e-depois-recua.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- SOUZA, Silas Luiz de. **O respeito à lei e à ordem: presbiterianos e a ditadura militar no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Recriar, 2022.
- SOUZA, Silas Luiz de. **Pensamento social e político no protestantismo brasileiro**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2005.
- TAJES, Claudia. Para baixo e avante: a cada dia um novo esforço para não brochar. **Folha de S. Paulo**, 10 de fev. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-tajes/2020/02/para-baixo-e-avante.shtml>. Acesso em: 24 de fev. 2024.